

**PARECER ÚNICO – URFbio NOROESTE 09/2020**  
**PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO MINERÁRIA**

**Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Noroeste**

**PROCESSO SIAM 01776/2004/026/2017**

**1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO**

<b>Tipo de Processo / Número do Instrumento</b>	( x ) Licenciamento Ambiental		01776/2004/026/2017
<b>Fase do Licenciamento</b>	LP + LI + LO n 023/2019		
<b>Empreendedor</b>	GERDAU AÇOMINAS S.A		
<b>Endereço de correspondência</b>	Rodovia BR356 – Correios BH Shopping - Agência 20300123 – nº/KM 3049 Caixa Postal: 1833 AC BH Shopping Bairro Belvedere – Belo Horizonte/MG CEP: 30.331-970		
<b>CNPJ / CPF</b>	17.227.422/0142-38		
<b>Empreendimento</b>	A-05-01-0 - Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco – minério de ferro / UTM Mina várzea do Lopes Leste-norte. A-05-02-9 – Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas) A-02-04-6 – Pilhas de rejeito / estéril E-02-04-6 – Subestação de energia elétrica.		
<b>Classe</b>	LP + LI + LO: Classe 06		
<b>Condicionante : 19</b>	Apresentar o comprovante de protocolo da proposta de compensação no IEF referente a compensação minerária.		
<b>Localização</b>	O empreendimento está localizado no complexo minerário de Mina de Várzea do Lopes, município de Itabirito.		
<b>Bacia</b>	Bacia do Rio São Francisco		
<b>Área intervinda</b>	<b>Bacia</b>	<b>Município</b>	<b>Fitofisionomia</b>
<b>Área total ADA (ha) – 164,16</b>	São Francisco	Itabirito	Floresta estacional semidecidual, savana, campo rupestre área antropizada.
<b>Área proposta</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Bacia</b>	<b>Município</b>
	164,16	São Francisco	Formoso
<b>Coordenadas:</b>	X= 390400	Y= 8345600	<b>Destinação da área para conservação (doação)</b> Parque Nacional Grande Sertão Veredas
<b>Responsável pela elaboração do PECF</b>	Francisco de Assis Lafeta Couto – Engº Agrônomo 37505/D-MG		

## 2 – ANÁLISE TÉCNICA

---

### 2.1 - Introdução

O presente Parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Minerária referente ao complexo minerário GERDAU AÇOMINAS S.A empresa de mineração localizada no município de Itabirito especificamente Mina de Varzea do Lopes Leste - Norte em cumprimento ao art. 75 da Lei Estadual N° 20.922 de 16 de outubro de 2013:

“Art. 75 – O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e/ou implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei”.

O § 2º, do referido artigo, condiciona a aplicação da medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei n° 14.309, de 19 de junho de 2002 aos processos anteriores à publicação da Lei. Ainda neste artigo, nos §§ 1º e 2º os empreendedores deverão compensar em áreas não inferiores àquela utilizada pelo empreendimento e, obrigatoriamente, na mesma bacia hidrográfica.

### 2.2 - O empreendimento

**UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINÉRIO DE FERRO SEM TRATAMENTO OU COM TRATAMENTO A SECO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA E APOIO.**

**LOCALIZAÇÃO: Mina Várzea do Lopes (Leste – Norte) município de Itabirito.**

Processo COPAM N°.: 01776/2004/026/2017.

Certificados de Licença: N° LP+LI+LO: 023/2019

Outorga: 10806/2017

AIA (Autorização para Intervenção Ambiental): vencimento: 27/11/2029 – Bioma mata atlântica.

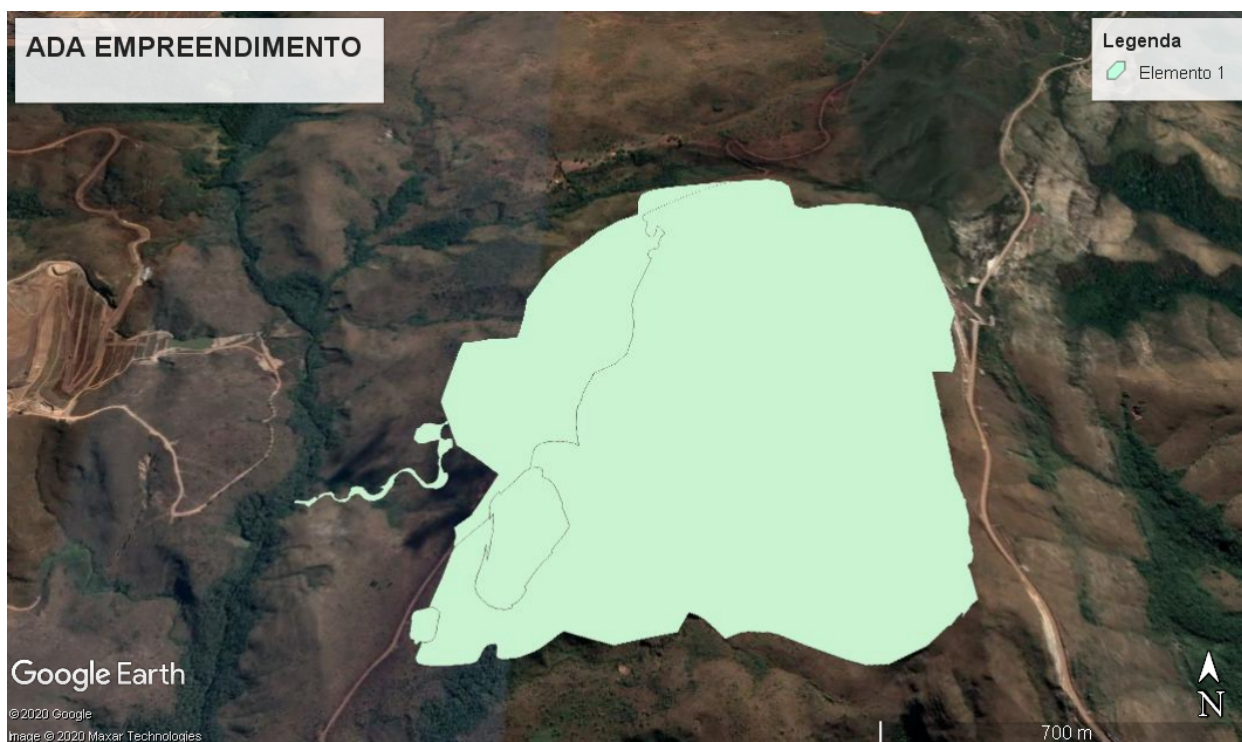
Nº da Condicionante de Compensação Florestal: 19.

Área em hectares: **164,16.**

Demais atividades auxiliares e de apoio:

Código	Atividade
A-05-02-9	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)
A-05-04-5	Pilhas de rejeito / estéril
E-02-04-6	Subestação de energia

Estruturas do projeto	ADA(ha)
Cava leste - norte	126,48
Pilha de estéril leste norte	4,72
Bacia de decantação	0,42
Adutora	1,38
UTM e áreas de apoio operacional	33,99
<b>TOTAL</b>	<b>164,16</b>



Os empreendimentos licenciados totalizam uma área de 164,16 ha e estão instalados na mina Várzea do Lopes município de Itabirito. A cobertura vegetal da área diretamente atingida foi identificada de várias tipologias: savanas, campo rupestre, floresta estacional decidual, etc.

Este documento tem como objetivo primordial, apresentar a análise e parecer opinativo da proposta do Processo de Compensação Florestal previsto no art. 75 da Lei Estadual Nº 20.922/2013, de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade e pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

O empreendedor informa em seu PECFM – Projeto Executivo de Compensação Florestal Minerária que opta pelo cumprimento da compensação através da doação de 164,16 ha da fazenda São Joaquim, gleba Taboquinhas, matrícula 16.789, situada no município de Formoso/MG no interior do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

É importante esclarecer que a empresa adquiriu uma área de 1.400,0828 ha localizada na fazenda São Joaquim, gleba Taboquinhas, situada no município de Formoso/MG, localizada na mesma bacia hidrográfica para realização das compensações minerárias devidas. A propriedade utilizada para atendimento da atual compensação está integralmente regularizada e já foi objeto de aprovação anterior pela Câmara de de Proteção e Biodiversidade para compensação minerária de 863,00 ha.

Assim resta um total de 537,0828 ha de crédito no imóvel averbado em cartório para utilização de futuras de compensações minerárias.

### 2.3 - Caracterização da Área Intervinda

A área total de interferência vegetal corresponde a 164,16 ha, sendo referentes à área:

Fitofisionomia/uso do solo	Estágio sucessional de regeneração	Área diretamente afetada(ADA)/ha
Floresta estacional semidecidual	inicial	0,16
	médio	0,36
Savana arborizada	Médio avançado	69,99
Savana parque	Médio avançado	39,55
Campo rupestre sobre canga	Médio	49,20
Acesso /solo exposto		4,9
<b>TOTAL</b>		<b>164,16</b>

## 2.4 - Caracterização da Área Proposta

Empreendimentos submetidos ao §2º do art. 75 da Lei 20.922/2013 que remete ao Art. 36 da Lei Estadual nº 14.309/2002, devem observar que a proposta esteja inserida na mesma Bacia Hidrográfica Federal e, preferencialmente, no mesmo município que a área intervinda, considerando ainda que a área utilizada para esta compensação, não poderá ser inferior àquela utilizada pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, ou seja, a área total intervinda (ADA do empreendimento).

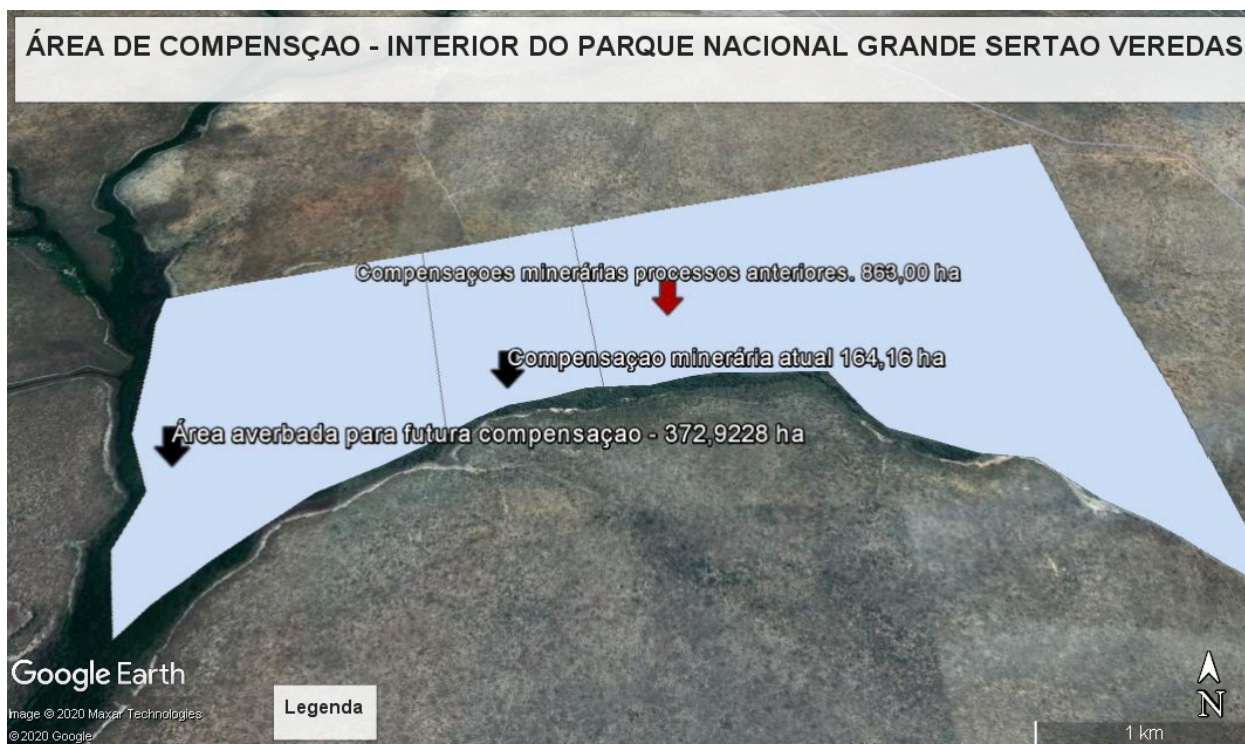
A propriedade utilizada para atendimento da compensação florestal minerária já foi objeto de compensação anterior ficando um crédito averbado de 537,0828 ha para futuras compensações. Assim caso o presente parecer for aprovado restará ainda um crédito a GERDAU AÇOMINAS de 372,9228 ha.

Identificação da Unidade de Conservação de Proteção Integral selecionada:

<b>Nome da UC: Parque Nacional Grande Sertão Veredas</b>	
<b>Ato de Criação (Lei/Decreto) Nº.:</b> Dec nº 97.658 / Dec. s/nº	<b>Data de Publicação:</b> 12 de abril de 1989 / 21 de maio de 2004
<b>Endereço Sede da UC/Escritório Regional:</b> Rua Guimarães Rosa, 149, Centro - CEP: 39314-000	
<b>Município:</b> Chapada Gaucha	<b>Bacia Hidrográfica Federal:</b> Rio São Francisco
<b>Nome do Gestor/Responsável:</b> Luiz Sergio Ferreira Martins	

<b>Nome da Propriedade:</b> Fazenda São Joaquim, Gleba Taboquinha 01-B
<b>Nome do Proprietário:</b> GERDAU AÇOMINAS S/A
<b>Área Total:</b> 1.400,0828 ha <b>Município:</b> Formoso / MG
<b>Nº Matrícula:</b> 16.789 – registro anterior MAT 14.483 Buritis-MG





O Parque Nacional Grande Sertão Veredas é de extrema importância para a Região Noroeste de Minas Gerais, uma vez que o seu objetivo principal é a preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de turismo ecológico e de recreação em contato com a natureza.

Estudos realizados entre 1987 e 1989 pela Fundação Pró Natureza - FUNATURA identificaram no território uma excepcional importância ecológica (biodiversidade e recursos hídricos) e cultural que necessitava ser preservada, principalmente por não haver nenhuma unidade de conservação em toda a região conhecida como Gerais, do bioma Cerrado. A vegetação é característica de campo cerrado. Há inúmeras veredas, onde podem ser encontrados os buritis. São comuns o pacari e o ipê-amarelo, palmeiras, buriti, gabioba, pequi, faveiro, cagaita, cajuí, mangaba e aroeira. A região apresenta pequenas árvores de 5 a 8 metros de altura e possui uma composição florística bem própria, ocorrente em solos arenosos.

De acordo com PECF, considerando a legislação ambiental pertinente, a forma de compensação ambiental proposta é:

- Destinação, mediante doação ao Poder Público, de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma microbacia. A premissa de bacia foi plenamente atendida, tanto o empreendimento quanto a compensação estão localizados na Bacia do Rio São Francisco.

No quesito município, durante a prospecção de áreas foram utilizados alguns critérios pelo setor responsável, sendo eles:

1. documentação do imóvel;
2. tamanho do imóvel;
3. flexibilidade nas cláusulas contratuais ;
4. custo.

Considerando a extensa área necessária para contemplar todos os processos administrativos envolvidos no processo, a regularidade do imóvel frente ao rol de documentos necessários, a especulação imobiliária nas proximidades do empreendimento e as dificuldades nas negociações com os proprietários, não foi possível apresentar a proposta de regularização fundiária no mesmo município em que o empreendimento está localizado.

A área apresentada para atendimento da Compensação Florestal definida no parágrafo 1º do art. 36 da Lei Estadual Nº 14.309/2002, está inserida nos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada em 12 de Abril de 1989 pelo Decreto Nº 97.658. A área proposta para doação abrange um total de 164,16 hectares de Cerrado e sua fitofisionomia.

#### **2.4.1 – Trâmites para a efetivação da doação.**

**- Doação ao Poder Público de Área em Unidade de Conservação Pendente de Regularização Fundiária**

Uma vez que a propriedade já pertence ao empreendedor e já consta em sua matrícula a averbação para futuras compensações florestais minerárias, o empreendedor deverá procurar a URFBio Noroeste de Minas com sede em Unai para fazer a alteração na cláusula de averbação e posteriormente levar o termo para o Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Buritis/MG para proceder a alteração.

Após essa tramitação é necessário entregar na URFBio Noroeste a matrícula atualizada onde consta a nova averbação comprobatória da condicionante cumprida no prazo de 45 dias.

### **3 - CONCLUSÃO**

Em âmbito estadual, o IEF acompanha todos os requisitos estabelecidos pela Portaria nº 27, de 07 de abril de 2017 que estabelece que a área doada não deve ser inferior àquela utilizada pelo empreendimento e que esteja localizada na mesma bacia hidrográfica. Sendo assim, entende-se que a área proposta atende os requisitos relacionados, uma vez que:

- ✓ O montante da área a ser doada é de 164.16 ha;
- ✓ Esta na mesma bacia do Rio São Francisco;
- ✓ Dentro dos Limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Conforme informações contidas no Projeto Executivo de Compensação Florestal – PECF, a área Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento seria equivalente a 164,16 hectares, o que consideraria todas as estruturas necessárias à operação minerária, tais como estradas, pilhas, pátios, unidades de apoio, UTM, lavra, etc. Essa dimensão corresponde à informação constante nos processos de regularização ambiental, conforme supracitado.

Assim, considerando os aspectos analisados no PECF e com base nos estudos apresentados, este Parecer Opinativo entende que a proposta apresentada pelo empreendedor atende aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

### **4 - CONTROLE PROCESSUAL**



Controle processual elaborado tendo em conta as previsões contidas na Lei Estadual nº 20.922 de 16/10/2013, Decreto Estadual nº 47.749 de 11/11/2019, e Portaria IEF nº 27 de 7/04/2017, para apreciação de proposta de compensação minerária.

Em primeiro plano a avaliação permeia a adequação da norma ambiental aplicável ao caso, o que exige a observância dos artigos 75 da Lei nº 20.922/2013 cominado com o artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019: *Art. 71 – Para aplicação do disposto nos §1º e 2º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, será considerada a data de formalização da primeira licença do empreendimento minerário.*

Entende-se por formalização, a apresentação, pelo empreendedor, do respectivo requerimento de licença prévia acompanhado de todos os documentos, projetos e estudos ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente, conforme o §1 do artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019.

Prevê o artigo 75 da Lei nº 20.922/2013 o seguinte:

Art. 75 – O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

**§ 1º – A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.**

§ 2º – O empreendimento minerário em processo de regularização ambiental ou já regularizado que ainda não tenha cumprido, até a data de publicação desta Lei, a medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, continuará sujeito ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo citado.

§ 3º – Para os fins do disposto neste artigo, o empreendedor poderá se valer da participação de organizações sem fins lucrativos, de acordo com as normas e os procedimentos fixados pelo órgão ambiental. (Parágrafo acrescentado pelo art. 67 da Lei nº 22.796, de 28/12/2017.)

§ 4º – A compensação de que trata o § 2º será feita, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

§ 5º – No caso previsto no § 4º, excepcionalmente, quando não existir unidade de conservação a ser regularizada na mesma bacia hidrográfica em que estiver localizado o empreendimento e nessa bacia hidrográfica não for considerada viável a criação de nova

unidade de conservação, o empreendedor poderá adotar a medida compensatória em área situada no território do Estado que seja do mesmo bioma daquela em que estiver localizado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

Sendo assim, considerando-se que a primeira licença do empreendimento fora formalizada em 05/04/2017, representada pelo processo administrativo nº 01776/2004/026/2017 de Licença Prévia de Instalação e de Operação com número 023/2019, deverá ser observada a regra contida no § 1º do art. 75 da Lei nº 20.922/2013.

O regime jurídico a ser observado no presente caso é o previsto no artigo § 1º do art. 75 da Lei nº 20.922/2013 que encontra regulamentação no artigo 64 do Decreto nº 47.749/2019, o que passamos a avaliar pontualmente:

Art. 64 – A compensação a que se refere o §1º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, implica na adoção, por parte do empreendedor, de medida compensatória florestal que vise à:

**I – destinação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária ou sua ampliação;**

II – execução de medida compensatória que vise à implantação ou manutenção de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme critérios a serem definidos em ato normativo específico do IEF.

**§ 1º – Na hipótese prevista no inciso I, a área destinada como medida compensatória florestal deverá ser no mínimo equivalente à extensão da área de vegetação nativa suprimida para a instalação do empreendimento minerário, incluindo as áreas suprimidas para a extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.**

**§ 2º – Na hipótese prevista no inciso I, o empreendedor deverá adquirir áreas para destinação ao Poder Público, mediante registro da Escritura Pública perante o Cartório de Registro de Imóveis Competente, ficando gravado à margem da matrícula o número do processo de intervenção de que trata a referida compensação.**

§ 3º – As formas de compensação previstas nos incisos I e II poderão ser cumpridas isolada ou conjuntamente, conforme critérios a serem definidos em ato normativo específico do IEF.

§ 4º – Na hipótese prevista no inciso II, a medida compensatória deverá ser executada conforme Plano de Trabalho a ser estabelecido pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.

Trata o presente processo de empreendimento minerário causador de significativo impacto ambiental, pela supressão de vegetação nativa. Vislumbra-se que a opção apresentada pelo empreendedor compreende a hipótese de destinação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária, em área equivalente à extensão vegetação nativa suprimida para a instalação do empreendimento minerário atendendo ao requisito do artigo anterior.

Ante ao exposto, considerando que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende aos requisitos técnicos e legais, entende-se que não há óbice para o acatamento da mesma.

## **5 - Responsável /Data**

Data: 08/05/2020.	
<b>Paulo Sérgio Cardoso Vale</b> Coordenador Núcleo de Biodiversidade Masp 1021300-7  <b>Gisele Martins de Castro</b> Coordenadora Núcleo de Controle Processual Masp 1478081-1	Assinatura / Carimbo